



Faculdade de Direito da UFMG

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Código e Nome da disciplina: INU033 Legislação e Políticas Públicas – Práticas Legislativas LegisLab III

Tipo: ☐ Obrigatória ☒ Optativa

Carga horária: 60

Créditos: 4

Período: não se aplica

Pré-requisitos/conhecimentos prévios: alunos a partir do 4º período

Ementa: Metodologia da Legística e Prática Legislativa. II.Ciclo de Políticas Públicas & Atos Normativos. III. Dados relevantes em Elaboração Legislativa. IV.Grupos de Interesse. V.Linguagem Cidadã (Plain Language). VI.Metodologia de Estudo do Caso/Problema. VII. Desenho de propostas de ações legislativo-regulatórias

Unidades de Ensino

Unidade 1: Metodologia da Legística e Prática Legislativa

Esta unidade foca na introdução à ciência da legislação (legística), abordando tanto a legística formal quanto a material. O objetivo é compreender as técnicas e normas que regem a elaboração de leis, garantindo a qualidade, eficácia e juridicidade dos textos legais produzidos no âmbito do processo legislativo.

Unidade 2: Ciclo de Políticas Públicas & Atos Normativos

Analisa-se a interseção entre o Direito e as políticas públicas. Estuda-se o ciclo completo das políticas (agenda, formulação, implementação e avaliação) e como os atos normativos funcionam como instrumentos jurídicos essenciais para a concretização dessas políticas estatais.

Unidade 3: Dados Relevantes em Elaboração Legislativa



Faculdade de Direito da UFMG

O foco recai sobre a produção normativa baseada em evidências. A unidade explora a identificação, coleta e análise de dados estatísticos e qualitativos necessários para fundamentar decisões legislativas, garantindo que as leis sejam desenhadas com base na realidade fática e não apenas em abstrações teóricas.

Unidade 4: Grupos de Interesse

Esta unidade examina a atuação dos agentes/atores/afetados pelo processo legislativo. Discute-se o papel do lobby, a pressão de grupos organizados e a dinâmica da escolha pública, analisando como diferentes setores da sociedade influenciam a redação e a aprovação de normas.

Unidade 5: Linguagem Cidadã (Plain Language)

Aborda-se a necessidade de clareza e acessibilidade na comunicação jurídica. A unidade ensina técnicas de Linguagem Simples e Legal Design para tornar os textos normativos compreensíveis ao cidadão comum, promovendo transparência e democracia no acesso à legislação.

Unidade 6: Metodologia de Estudo do Caso/Problema

Prepara-se o aluno para a aplicação prática do conhecimento através de metodologias ativas. Foca-se na identificação de problemas reais e na aplicação de ferramentas de diagnóstico para dissecar casos concretos que demandam solução legislativa ou regulatória.

Unidade 7: Desenho de Propostas de Ações Legislativo-Regulatórias

A unidade final consolida o aprendizado na prática da redação e design de soluções. Os alunos desenvolvem e estruturam justificativas para minutas de projetos de lei ou atos normativos, aplicando as técnicas de legística e os dados levantados para resolver o problema identificado anteriormente.

Bibliografia básica

Focada nos pilares estruturantes da disciplina: Metodologia da Legística, Ciclo de Políticas Públicas e Avaliação Legislativa.

SOARES, Fabiana de Menezes; KAITEL, C. S.; PRETE, Esther Kulkamp. Estudos de legística. Florianópolis: Tribo da Ilha, v. 1, 2019. Disponível em: [Link](#).

SOARES, Fabiana de Menezes; HERMONT, Thiago; MAGALHÃES, Paula Gomes de (Orgs.). Avaliação Legislativa no Brasil: efeitos da Emenda Constitucional nº 109, art. 37, §16. Belo Horizonte: Dialética, 2023. (Especialmente o Cap. 1: "A implementação da análise do cumprimento das leis no Brasil").



Faculdade de Direito da UFMG

BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda; VIEIRA, Breno. "Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil". BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 94, 2021.

BUCCI, Maria Paula Dallari. "Método e aplicações da abordagem direito e políticas públicas (DPP)". REI - Revista Estudos Institucionais, v. 5, n. 3, p. 791-832, 2019.

KINGDON, John. "Como chega a hora de uma ideia?" e "Juntando as coisas". In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas: Coletânea, v. 1. Brasília: ENAP, 2006. (Textos seminais sobre formação de agenda e policy windows).

ANDRADE, Aparecida de Moura; SANTANA, Héctor Valverde. "Avaliação de políticas públicas versus avaliação de impacto legislativo: uma visão dicotômica de um fenômeno singular". Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 7, n. 3, 2017.

LIMA, Lycia; PORTELA, André. Guia Clear monitoramento e avaliação de políticas públicas: do diagnóstico à decisão. São Paulo: FGV CLEAR, 2025.

Bibliografia complementar

Organizada por eixos temáticos para subsidiar os estudos de caso específicos.

I. Legística, Regulação e Controle

NASCIMENTO, Roberta Simões; FORNI, João Paulo Gualberto; SOARES, Fabiana de Menezes. "Precisamos de um guardião da regulação? A função de Regulatory Oversight Body nos Estados Unidos e no Brasil". REI - Revista Estudos Institucionais, v. 11, n. 3, 2025.

SOARES, Fabiana de Menezes. "Comentário ao artigo 37, §16". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. Comentários à Constituição do Brasil. 3. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

SOARES, Fabiana de Menezes; PRETE, Esther Kulkamp Eyng. Marco regulatório em ciência, tecnologia e inovação: texto e contexto da Lei nº 13.243/2016. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.



Faculdade de Direito da UFMG

MENEGUIN, Fernando B.; SILVA, Rafael Silveira e. "Análise de Impacto Legislativo: balizas conceituais e desafios de implementação no Brasil". In: SACHSIDA, A. (Org). Políticas públicas: avaliando mais de meio trilhão de reais em gastos públicos. Brasília: Ipea, 2018.

II. Linguagem Simples e Clareza Normativa (Eixo V da Ementa)

HANSEN-SCHIRRA, Silvia; MAAß, Cristiane. "Easy Language, Plain Language, Easy Language Plus: perspectives on comprehensibility and stigmatisation". In: Easy Language Research: Text and User Perspectives. Alemanha: Frank-timme, 2020.

GIOMMONI, Tommaso et al. The Economic Costs of Ambiguous Laws. CESifo Working Paper No. 11929, 2025.

III. Discricionariedade e Separação dos Poderes

CLÈVE, Clèmerson Merlin. "Separação dos poderes: cooperação e disputa no exercício da função normativa em duas dimensões". Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, v. 148, 2025.

CONTI, Isaac de Oliveira. "Ativismo judicial: dicotomias entre separação de poderes e concretização de políticas públicas". In: BUCCI, M. P. D. et al. Estudos de direito público. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. "Limites ao ativismo judicial em políticas públicas". Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 22, 2022.

TOMAZ, Dante; NETTO, Leonardo; ARAUJO, Valter Shuenquener de. "Inteligência artificial, big data e os novos limites da discricionariedade administrativa". In: Inteligência artificial e aplicabilidade prática no Direito. Brasília: CNJ, 2022.

IV. Temáticas Especiais (Ambiental e Dados) - Para Estudos de Caso

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Protocolo para julgamento de ações ambientais... mudança global do clima. Brasília: CNJ, 2024.

SOARES, Fabiana de Menezes. "Elaboração legislativa em direito agroalimentar". Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.